MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
EDITAL PROPPG Nº 42/2026

SELEÇÃO DE DISCENTES PARA O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

GABARITO DAS QUESTÕES

Questão	Alternativa				
1	A	**B**	C	D	E
2	A	B	**C**	D	E
3	**A**	B	C	D	E
4	A	B	C	D	**E**
5	A	B	C	**D**	E
6	A	B	**C**	D	E
7	A	B	C	**D**	E
8	A	**B**	C	D	E
9	**A**	B	C	D	E
10	A	B	C	D	**E**
11	A	B	C	D	**E**
12	**A**	B	C	D	E
13	A	**B**	C	D	E
14	A	B	C	**D**	E
15	A	B	**C**	D	E
16	A	**B**	C	D	E
17	**A**	B	C	D	E
18	A	B	C	**D**	E
19	A	B	**C**	D	E
20	A	B	C	D	**E**

Espelho de Resposta d questão aberta

A discussão sobre a relação entre gestão ambiental, desempenho financeiro e desenvolvimento sustentável envolve diferentes aspectos da atuação das empresas. Além dos resultados econômicos obtidos com as práticas ambientais, é importante considerar seus efeitos sobre a sociedade, o meio ambiente e as relações de poder que influenciam as decisões empresariais. Nesse contexto, os estudos de Albertini (2013) e Banerjee (2003) contribuem para compreender o tema sob perspectivas distintas, mas que podem ser analisadas de forma complementar.

Albertini (2013) investigou a relação entre gestão ambiental e desempenho financeiro das empresas por meio de uma meta-análise de pesquisas publicadas ao longo de aproximadamente 35 anos. Os resultados apontaram uma relação positiva entre essas duas dimensões. A autora também observou que essa associação varia de acordo com o aspecto ambiental considerado, sendo mais expressiva nas práticas de gestão ambiental do que nas medidas de desempenho ambiental e na divulgação de informações sobre o tema. Isso indica que a adoção de práticas de gestão ambiental pode contribuir para melhores resultados financeiros. Entretanto, essa relação é relativamente pequena, o que significa que não se pode afirmar que todas as iniciativas ambientais resultem, necessariamente, em maior rentabilidade para as organizações.

Banerjee (2003), por outro lado, apresenta uma visão crítica sobre o desenvolvimento sustentável, chamando a atenção para os interesses econômicos e as relações de poder que estão por trás de determinadas práticas e discursos empresariais. O autor questiona se as iniciativas apresentadas como sustentáveis realmente promovem mudanças que beneficiam a sociedade ou se, em alguns casos, acabam reforçando desigualdades já existentes. Essa preocupação aparece, por exemplo, nas relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, empresas e comunidades locais. O autor também discute a transformação da natureza em mercadoria e os conflitos relacionados ao controle dos recursos naturais, da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais.

Ao relacionar os dois estudos, percebe-se que a existência de uma associação positiva entre gestão ambiental e desempenho financeiro, identificada por Albertini, não significa, necessariamente, que as empresas estejam contribuindo para o desenvolvimento sustentável em seu sentido mais amplo. Uma organização pode investir em práticas ambientais para reduzir custos, melhorar sua imagem perante os consumidores ou conquistar vantagens competitivas e, ao mesmo tempo, manter relações desiguais com as comunidades onde atua. Também pode continuar explorando recursos naturais de forma controversa ou transferindo parte dos custos ambientais e sociais de suas atividades para grupos mais vulneráveis. Essa interpretação resulta da aproximação crítica entre os dois autores, uma vez que a pesquisa de Albertini não teve como objetivo investigar diretamente essas questões sociais e políticas.

Dessa forma, enquanto Albertini contribui para compreender os possíveis benefícios econômicos da gestão ambiental, Banerjee amplia essa discussão ao questionar os objetivos e as consequências das práticas consideradas sustentáveis. Sua perspectiva leva a refletir sobre quem define o que deve ser entendido como sustentabilidade, quais grupos se beneficiam das iniciativas empresariais e quem acaba assumindo seus custos. Assim, avaliar a sustentabilidade de uma empresa exige mais do que verificar seus resultados financeiros ou identificar a existência de políticas ambientais. É necessário considerar os impactos de suas atividades sobre a sociedade, a distribuição dos benefícios e dos prejuízos, a participação das comunidades afetadas e a maneira como os recursos naturais são utilizados.

Portanto, os dois estudos permitem compreender que o bom desempenho financeiro pode contribuir para a sustentabilidade empresarial, mas não é suficiente para garanti-la. Para avaliar se uma organização realmente atua de maneira sustentável, é necessário considerar, conjuntamente, seus resultados econômicos, seus impactos ambientais e suas responsabilidades sociais. Uma empresa pode ser lucrativa e desenvolver iniciativas de proteção ambiental sem, necessariamente, promover um desenvolvimento mais justo e equilibrado. O principal desafio está em conciliar os interesses econômicos com a preservação ambiental e a justiça social, de modo que os benefícios das atividades empresariais não sejam alcançados à custa do meio ambiente ou das populações mais vulneráveis.